

EDITORIAL

Chegamos a meados de 2023 oferecendo ao público mais um exemplar do nosso Caderno, que continua a prestigiar diferentes aspectos das ciências humanas.

Entre os reflexos perenes da pandemia de COVID-19, uma das pesquisas debruçou-se sobre a propagação do trabalho *home office*, que foi importante instrumento para assegurar a manutenção de empregos nos momentos de maior gravidade da doença. Contudo, passado este período, é hora de pensarmos em que base tal sistema deve ser mantido, levando-se em conta os prejuízos que pode causar à vida do trabalhador e de sua família.

Sob outro ângulo das relações trabalhistas, o Caderno da ESGPPJS oferece aos seus leitores uma abordagem crítica a respeito da conciliação na Justiça do Trabalho. Embora seja essa uma característica muito associada à rapidez da prestação jurisdicional, os autores colocam em dúvida os benefícios dos acordos entre empregado e empregador nos casos em que se deve suspeitar da figura da “conciliação repressiva”.

Partindo para outra categoria de pessoas que tem merecido um tratamento especial pelo Direito brasileiro, chegamos à criança. Um dos artigos publicados trata da proteção desta no mercado de consumo, sob a ótica da proteção integral, conjugando o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto da Criança e do Adolescente, com dispositivos específicos do Código Civil.

O trabalho seguinte, focado na violência contra a mulher, tem perfil multidisciplinar. Baseada no Direito Penal, a pesquisadora busca as origens sociais dessa violência, discutindo tópicos como a psicopatologia social do machismo.

No campo do Direito Tributário, o leitor poderá examinar uma controvérsia que dividiu os tribunais e os doutrinadores. Qual é o método mais justo para tributar a renda de uma pessoa física que vem a receber verbas atrasadas, devidas ao longo de vários anos? Pelo regime de caixa ou pelo regime de competência? A partir destas perguntas surge um estudo sobre a tributação dos Rendimentos Recebidos Acumuladamente (RRA) e uma análise crítica do seu atual tratamento.

No campo da Ciência Política, selecionaram-se dois trabalhos relevantes. O primeiro parte de um aspecto que preocupa diferentes Estados democráticos: o desinteresse de parcela expressiva da população pelo processo eleitoral. Para tentar achar uma solução, os autores se perguntaram se existiria algum cenário sociogeográfico capaz de explicar maiores taxas de abstenção nas eleições. Para tanto, este estudo examinou 52 municípios brasileiros, ao longo de quatro eleições recentes.

O outro artigo da Ciência Política também envolve um aspecto caro ao contexto da democracia brasileira: a governabilidade do país em face do presidencialismo de coalizão. As eleições de 2022 e o início do governo Lula são o tema de fundo para os autores traçarem panoramas possíveis para que o atual presidente costure uma maioria no Congresso Nacional, a partir de elementos típicos da nossa democracia e do nosso modelo de fragmentação partidária.

Acreditamos ser possível atender à curiosidade intelectual de nossos leitores, além de oferecer subsídios a diferentes níveis e enfoques de pesquisa.

Boa leitura!

Curitiba, junho de 2023.

Prof. Dr. Marcos da Cunha e Souza

Editor do Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança